

**Referência:** MORAES, C. A. S. (org). **Serviço Social e trabalho profissional na área da saúde.** Uberlândia: Navegando Publicações, 2021. 226 p.

## UM ODE AO SERVIÇO SOCIAL DE RUPTURAS

Carla Manguiera Gonçalves MACHADO\* 

A obra “Serviço Social e trabalho profissional na área da saúde” é resultado do esforço coletivo dos/as pesquisadores/as do Grupo Interdisciplinar de Pesquisa e Estudo em Cotidiano e Saúde (Gripes) e alguns convidados, cujas contribuições são reconhecidas no campo de trabalho do Serviço Social na área da saúde e correlatas. Sobretudo, esta é uma coletânea comemorativa dos 18 anos do Gripes, fundado em 2004 pela Professora Dra. Denise Juncá. A contar deste tempo, o grupo vem construindo sólidas contribuições ao Serviço Social por meio de coletâneas, pesquisas financiadas, cooperações internacionais, dentre outros, que podem ser explorados a partir deste trabalho.

Conforme prefaciado por Maurílio de Castro Matos (UERJ), a história construída pelo Gripes se consolida ao longo dos anos como um marco importante para o Serviço Social brasileiro. A partir de 2016, o grupo passa por alterações, com a coordenação do Professor Dr. Carlos Antônio de Souza Moraes, devido à aposentadoria da Professora Dra. Denise Juncá. É neste ano, por exemplo, que duas novas linhas de pesquisa se somam ao grupo: Serviço Social, formação e trabalho profissional; Serviço Social e trabalho profissional na política de saúde. Em 2021, a linha “Política Social, Política de Saúde Mental e a atenção aos usuários de álcool e outras drogas e aos sujeitos em sofrimento psíquico” complementa a tríade investigativa.

Tendo em vista as vertentes de investigação, a coletânea se divide em 5 partes e 12 artigos, produzidos por pesquisadores/as do Gripes a partir de suas pesquisas recentes na área da saúde, assente em alguns vieses importantes ao debate. A parte inaugural introduz o debate sobre capitalismo dependente brasileiro e a política de saúde no Brasil, tendo como fundamento a Teoria Marxista da Dependência (TMD). Compreendendo a existência de um Estado de segurança com verniz neoliberal, que atualmente vigora no país, os autores Valentina Baldo e Arthur Mattos destacam, sobretudo, a atual situação da política de saúde, seus entraves e desafios.

Esse contexto é trabalhado no capítulo seguinte por Kércia Andrade e Alessandra Genú, que debatem a formação em serviço da Residência Multiprofissional em Saúde (Remu). A partir deste recorte,

---

\*Doutoranda em Ciências Humanas (Sociologia) do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSA UFRJ). Mestre em Sociologia (PPGS UFF). Bacharel em Serviço Social (UFF). Pesquisadora associada do Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência Urbana (NECVU/UFRJ) e do Grupo Interdisciplinar de Estudo e Pesquisa em Cotidiano e Saúde (GRIPES/CNPq/UFF). E-mail: [sococarla@gmail.com](mailto:sococarla@gmail.com)

as autoras traçam não apenas a estrutura do programa, mas também seus principais enfrentamentos, como a carga horária desregulada entre teoria (20%) e prática (80%), que se agravaram com o contexto pandêmico e a ausência de intervenções dos órgãos responsáveis. Os/as residentes se veem como trabalhadores/as precarizados/as do sistema de saúde, uma vez que se tornam uma mão de obra sempre presente e não tão custosa ao Estado.

A segunda parte do livro é dedicada ao debate da política de saúde mental, álcool e outras drogas. Edilma Silva, Juliana Prudencio e Luana da Silveira inauguram esta seção com o dilema “da guerra às drogas ou aos usuários?”, pensando o advento da ilicitude no Brasil a partir do antiproibicionismo. Avaliam os impactos desse conflito a partir de um viés de raça, classe e gênero, em que as condições de acolhimento e repressão se modificam mediante os usuários, tendo em vista estes fatores. Uma questão importante trazida pela discussão é a compreensão deste usuário enquanto sujeito de direitos dotado de liberdade, uma vez que o controle sobre os corpos, hoje, na política de drogas, é também um controle sobre essa autonomia (ROMANO; SILVA, 2021).

No interior do debate sobre drogas, Rachel Passos e Jessica Taiane da Silva trazem o recorte da maternidade negra (ROCHA, 2020) e do direito à *maternagem*. As autoras o analisam à luz do biopoder, do controle sobre os corpos (FOUCAULT, 2010); e, aqui, é possível também retomar o conceito de controle sobre as autonomias (ROMANO; SILVA, 2021), uma vez que essas mães são privadas do cuidado para com os seus filhos em diversas instâncias da vida afetiva. No caso das mulheres em situação de rua e/ou usuárias de álcool e outras drogas, há uma incapacidade e perigo que agravam o processo de violência simbólica. A elas é reservada a responsabilização pela família, para o bem e para o mal, fruto de um agravamento do Estado neoliberal (HORST; MIOTO, 2017).

Fernanda Monteiro e Wanessa de Oliveira procuram compreender o exercício profissional do Serviço Social em um Centro de Atenção Psicossocial (Caps), trazendo um panorama do trabalho coletivo de assistentes sociais. É um capítulo interessante por retratar a realidade de um trabalho de redução de danos ante um Estado promotor de ações repressivas. A partir de um resgate histórico, as autoras relatam a construção da política de saúde mental no Brasil, frisando os princípios da reforma psiquiátrica e a luta contra a ideia de deculturação dos usuários de saúde mental. Salientam ainda a necessidade de se construir os direitos dos usuários extrapolando a ideia de “loucura”, de “crime”, que paira sobre eles e que, por vezes, é vocalizada por outros profissionais.

A terceira parte surge trazendo novas perspectivas para se pensar temáticas que permeiam o cotidiano da profissão. Rita Freitas e Adriana Mesquita, por exemplo, debatem a ideia do envelhecimento populacional. Mas, o recorte que fazem nos leva a refletir para além do que é dado: elas nos propõem a pensar a feminização da velhice, mediante uma visão feminista, decolonial e interseccional. As autoras reforçam a importância de se debater questões que, por vezes, são colocadas como pautas “das mulheres”, mas que não abarcam as mulheres idosas, como saúde reprodutiva; sexualidade; e homossexualidade feminina, possibilitando-as uma vida de protagonismo ante as suas escolhas e desejos.

O capítulo seguinte emerge com um debate pertinente e necessário ao Serviço Social: a política de saúde LGBTQIA+ dentro do Sistema Único de Saúde (SUS). Marco José de Oliveira Duarte procura pensar o SUS enquanto uma política equitativa e de saúde integral, situando-nos em uma série de reivindicações e direitos conquistados pelos movimentos de resistência, que ajudaram a construir um sistema mais equânime em suas formas de atendimento. Contudo, o autor reforça a existência da heteronormatividade e a dificuldade de livre expressão da sexualidade pelos sujeitos como questões a serem superadas. Ao Serviço Social, resta a lembrança de um de seus princípios mais nobres: a luta pela eliminação de todas as formas de preconceito, e pela ampliação consolidada da cidadania.

As duas últimas partes trazem debates centralizados no contexto do Norte e Noroeste Fluminense. Na parte quatro, as autoras nos convidam a compreender o direito à saúde no município de Campos dos Goytacazes. Ana Paula Cordeiro, Eliana Feres e Valentina Baldo traçam uma análise sobre a atenção primária à saúde (APS) a partir do Plano Municipal de Saúde (PMS). A pesquisa se constrói tendo em vista o recorte anual 2018-2021 e a pandemia de Sars-CoV-2. Disto, observaram que, ao invés de uma manutenção pelo aprimoramento, os setores da atenção básica foram excluídos da rede de atendimentos durante a pandemia, sobrecarregando um sistema que já vivenciava essa realidade.

Em contraponto às políticas estatais, como uma forma de resistência, Thaynara Botelho dialoga com Ernest Palmer Thompson para pensar a difusão de saberes do campesinato na perspectiva da saúde. A autora recorre igualmente às práticas desenvolvidas no Assentamento Zumbi dos Palmares, localizado na Usina São João, em Campos. A força do coletivo é o que marca o movimento campestre, tanto nas lutas evidenciadas por Thompson, quanto nos registros do assentamento. Ao trazer uma aproximação à realidade construída na usina, evidencia também a resistência para além do tempo, das práticas cultivadas ainda nos séculos XVIII e XIX, como a organização em coletivos; e o cultivo de fitoterápicos e plantas medicinais como veículos medicamentosos.

A questão da saúde extrapola as instituições já conhecidas e se insere ainda em outro aspecto: na educação. Tendo como pano de fundo o trabalho de assistentes sociais no IFFluminense, Josemara Pessanha, Amanda Azevedo e Lenon Matos discutem o atendimento à saúde, tendo como mediador a assistência estudantil. Os autores atestaram que o trabalho na assistência estudantil não privou os/as entrevistados de receberem demandas vinculadas à saúde mental dos/as estudantes. As equipes, embora multidisciplinares, registraram a inexistência de programas voltados para saúde na instituição, o que coloca o Serviço Social em um lugar de constante orientação, mediação e encaminhamento de demandas, visando a permanência dos/as estudantes.

A última parte da coletânea é um interessante termômetro dos trabalhos recentemente desenvolvidos pelo Gripes, responsável pela organização do volume. No primeiro capítulo, Carlos Moraes, Eliana Feres e Maria da Penha Moura trabalham a construção de um projeto de extensão executado pelo Gripes em um hospital do Norte Fluminense. Consistia em encontros mensais com assistentes sociais e estagiárias, visando fortalecer a identidade profissional e uma postura crítico-analítica no cotidiano de

trabalho. A exitosa experiência possibilitou sua repetição, por meio do Cress 7ª região, Seccional Norte Fluminense, e também pela Fundação Municipal de Saúde do município. Ao todo, 40 assistentes sociais, de Campos e região, foram alcançadas pela realização do projeto, demonstrando a necessidade de construirmos “estratégias coletivas que objetivem o desocultamento das contradições da sociedade do capital e a mobilização de recursos para o seu enfrentamento” (p. 192).

A seguir, Carlos Moraes, Douglas Amaral, Laisa Cunha e Luam Azevedo trazem uma perspectiva da iniciação científica (IC), ao remontarem a construção metodológica de uma pesquisa empreendida pelo Grippes em parceria com o Grupo de Investigación Fundamentos, Formación y Trabajo, da Universidad Nacional de Mar del Plata, na Argentina. A cooperação se deu após os pesquisadores atestarem interessantes similaridades no mercado de trabalho do Serviço Social de ambos os países, impactados pelas ações estatais de contrarreforma. Essa realidade constituiu a principal pergunta de pesquisa, que tentava compreender os impactos da crise do capital no mercado de trabalho do Serviço Social na Argentina e no Brasil.

Embora seja um livro denso, as contribuições que nele se alojam são importantes para se pensar o papel do Serviço Social na atualidade, tendo em vista o desmonte das políticas públicas e a insurgência de um governo cada vez mais conservador. A ruptura com as práticas que oprimem, que matam, que encarceram os sujeitos não se aloja em um momento único, mas cotidiano, e esta coletânea demonstra isto, seja no exercício profissional diário, nas investigações científicas ou na divulgação de pesquisas. A merecida homenagem à Professora Dra. Denise Juncá, assim como os/as autores/as que, corajosamente, expuseram seus trabalhos, deixam implicitamente um recado para nós, assistentes sociais: em todas as ações coletivas e em cada uma, há um Serviço Social de rupturas. Sigamos.

## Referências

HORST, Claudio Henrique Miranda; MIOTO, Regina Célia Tamaso. Serviço Social e o trabalho com famílias: renovação ou conservadorismo? Revista Em Pauta, n. 40, v. 15, p. 228-246. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://www.repositorio.ufop.br/handle/123456789/10725#:~:text=O%20objetivo%20do%20presente%20texto,compromissos%20sociopol%C3%ADicos%20com%20o%20conservadorismo>. Acessado em: 30 mar 2022.

FOUCAULT, Michel. Em Defesa da Sociedade. 2ª ed. São Paulo: Editora WWF Martins Fontes, 2010.

MORAES, Carlos Antônio de Souza. (org). Serviço Social e trabalho profissional na área da saúde. Uberlândia: Navegando Publicações, 2021

ROCHA, Luciane. Judicialização do sofrimento negro. Maternidade negra e fluxo do Sistema de Justiça Criminal no Rio de Janeiro. Revista Latinoamericana, n. 36, p. 181-205. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sess/a/DMJwqFZpsWVDKtkzbWpQPBC/>. Acessado em: 30 mar 2022.

ROMANO, Pedro Machado de Melo; SILVA, Bráulio Figueiredo Alves. Sujeição ou evidência: a excepcionalidade do flagrante por tráfico de drogas. Dilemas, Rev. Estud. Conflito Controle Soc. Vol. 14, n. 3, p. 711-730. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://revistas.ufri.br/index.php/dilemas/article/view/33106>. Acessado em: 30 mar 2022.